

PARECER N° , DE 2017

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2015, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para vedar a discriminação baseada no gênero nas relações de consumo.*

Relatora: Senadora **REGINA SOUSA**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão aprecia, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 332, de 2015, de autoria da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN, que veda a discriminação baseada no gênero nas relações de consumo.

A proposta é estruturada em dois artigos.

O art. 1º propõe quatro alterações à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC). São elas:

(i) o acréscimo de alínea *e* ao inciso II do art. 4º do CDC, para incluir, como princípio da Política Nacional das Relações de Consumo, a ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor **pela coibição e repressão da discriminação baseada no gênero nas relações de consumo;**

SF/17654.68804-05

(ii) a alteração do inciso IV do art. 6º, que trata dos direitos básicos do consumidor, de modo a abranger a proteção contra a publicidade que **reforce a discriminação baseada em gênero**;

(iii) a modificação do § 2º do art. 37, que cuida da publicidade abusiva, para adicionar aquela que **reforce ou incite discriminação baseada em gênero**; e

(iv) a inserção de inciso XIV ao art. 39, que aborda as práticas abusivas, para compreender aquela que se prevaleça da condição de imaturidade de crianças e adolescentes para reforçar estereótipos associados ao gênero, inclusive na exposição de produtos e serviços à venda.

O art. 2º define que a lei que decorrer de eventual aprovação do projeto passará a viger na data de sua publicação oficial.

Na justificação, a autora do projeto pondera que homens e mulheres perdem com a discriminação baseada no gênero e que o advento da Lei Maria da Penha, como um dos avanços nessa área, concorreu para sedimentar no pensamento da sociedade brasileira a ideia de que determinadas matérias, antes restritas ao domínio do privado, devem ser tratadas na esfera pública, em razão de todas as más consequências que ocasionam.

Ela assinala que o aprendizado dessas práticas lesivas ao pleno desenvolvimento de homens e mulheres começa cedo e, de forma até mesmo inconsciente, é repetido de maneira supostamente inofensiva, mas pode reduzir horizontes a serem alcançados por meninos e meninas. Assim, segundo a autora, mensagens subliminares são propagadas quando se associam cores e brinquedos ao gênero masculino ou ao feminino, transformando o que deveria ser simplesmente um momento lúdico em um processo de condicionamento para práticas sociais que devem ser afastadas. Ela, também, aponta que os brinquedos são para divertir, estimular, despertar interesses; e que não se deve restringir quais deles estarão ao alcance de meninos e meninas, que têm o direito de, indistintamente, brincar de carrinho, blocos, casinha, boneca ou bola. A autora, igualmente, adverte que o reforço constante dos estereótipos referentes aos brinquedos que seriam exclusivamente masculinos ou femininos pode incutir culpa e sofrimento em crianças, além de desenvolver transtornos psíquicos, reforçar o machismo e a discriminação de gênero.

SF/17654.68804-05

Após a aprovação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a proposição foi remetida a este colegiado, em decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

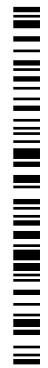
Consoante o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão pronunciar-se a respeito do mérito de assuntos atinentes à defesa do consumidor. Este colegiado examina, ainda, a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 332, de 2015, considerando que, nesta Casa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) não será ouvida sobre a matéria.

No tocante à constitucionalidade, a proposta em comento cuida de tema da competência normativa da União e está conforme com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa (art. 61). Ademais, a proposição não afronta quaisquer disposições da Lei Maior. Tampouco contém vício de injuridicidade.

Passemos à avaliação de mérito.

A proposição acrescenta alínea *e* ao inciso II do art. 4º do CDC, para que a ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor **pela coibição e repressão da discriminação baseada no gênero nas relações de consumo** passe a ser considerado como princípio da Política Nacional das Relações de Consumo. Com esse princípio acrescido, assegura-se a observação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da isonomia. Portanto, entendemos pertinente a disposição proposta.

Recorde-se que a proposição modifica a redação dos arts. 6º, inciso IV, e 37, § 2º, do CDC, com o propósito de: (i) incluir, como direito básico do consumidor, a proteção contra a publicidade que reforce a discriminação baseada em gênero; e (ii) qualificar como publicidade abusiva **aquela que reforce ou incite a discriminação baseada em gênero**. Note-se que o marketing está inserido no campo das práticas comerciais e tem influência direta no fomento do consumo, sendo a publicidade um dos



SF/17654.68804-05

elementos de marketing. Assim sendo, reputamos essencial reprimir a publicidade que reforce ou incite a discriminação baseada em gênero.

O projeto, igualmente, propõe que seja considerada abusiva a prática que se **prevalecer da condição de imaturidade de crianças e adolescentes para reforçar estereótipos associados ao gênero, inclusive na exposição de produtos e serviços à venda**. A nosso ver, a discriminação baseada em gênero é um grave problema de cunho social. Consideramos ser essa discriminação deletéria para a sociedade. A discriminação baseada em gênero está na consciência coletiva da sociedade brasileira. Mesmo assim, essa situação vem mudando paulatinamente. No entanto, é mister acelerar e avançar no tratamento dessa importante matéria.

Por essas razões, a proposição em referência é relevante e oportuna.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

SF/17654.68804-05